

BOLETIM LUSA

Maputo, Quinta-feira, 10 de Março de 1994

Pelo menos 8.188 militares do governo e da RENAMO serão desmobilizados no espaço de um mês

Maputo - O governo moçambicano tem previsto desmobilizar 7.900 militares e a RENAMO 288 até 11 de Abril próximo, segundo um calendário da Unidade Técnica da ONUMOZ a que a agência LUSA teve acesso quarta-feira.

Fonte da ONUMOZ indicou que os números poderão subir entretanto à medida que novas listas de desmobilizados são entregues pelas partes e que o calendário vai sendo actualizado.

O documento indica aliás um elevado número de áreas de acantonamento do governo em que estão projectadas acções de desmobilização, mas relativamente às quais ainda não existem dados sobre o número de militares envolvidos.

A desmobilização começa hoje na área de acantonamento governamental de Massinga, na província de Inhambane, onde dos 1.198 militares que aí se encontram 250 passam à vida civil.

A RENAMO efectua a sua primeira acção de desmobilização a 18 de Março na área de acantonamento de Neves, também em Inhambane, com a passagem à disponibilidade de 101 dos 269 homens acomodados.

De acordo com o calendário, o governo vai proceder à desmobilização em 20 das suas 29 áreas de acantonamento, oito das quais têm neste momento uma taxa de ocupação igual ou superior a 100 por cento.

A desmobilização nas áreas de acantonamento surge como necessária para que a concentração das tropas possa prosseguir, uma vez que a capacidade de acolhimento é no seu conjunto um pouco superior a metade do total de 80.778 efectivos dos dois lados a acantonar.

Por regiões do país, o governo desmobilizará até 11 de Abril 2.786 homens no sul, 1.899 no centro e 3.125 no norte.

Quanto à RENAMO serão desmobilizados 170 homens no sul, e 118 no norte, não estando para prevista qualquer acção na região centro.

Os números de desmobilizados do governo são superiores ao limite de cinco por cento do total dos seus 30.508 acantonados, segundo fora anunciado quarta-feira por um representante seu na Comissão de Cessar-Fogo.

Ao todo o governo tem cerca de 65 mil homens a desmobilizar, incluindo aqueles que estão nas chamadas "áreas não acantonadas", indicou na semana passada o representante da ONU em Mocimboa do Ocidente.

Este dado significa que os efectivos do governo - nunca revelados com clareza - serão de 70 mil homens, uma vez que nem todos serão desmobilizados, transitando 15 mil para o novo exército.

Quanto à RENAMO, esta terá que desmobilizar cerca de 04-05 mil homens, integrando também 15 mil homens no novo exército.

Dhlakama considera "irrisórias" indemnizações dos desmobilizados

Maputo - O líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, considerou quarta-feira "irrisórios" os montantes das indemnizações que o governo se prepara para pagar aos desmobilizados.

Dhlakama manifestou mesmo a disposição do seu movimento de retirar meios do "trust fund" da RENAMO para pagar indemnizações aos seus soldados.

"Trinta e cinco contos (USD 6,28) é muito pouco", afirmou Dhlakama em conferência de imprensa, indicando que esse é o montante mensal que o governo quer tomar como base para pagar os seis meses de indemnização de desmobilização aos soldados.

Dhlakama reconheceu que esse é o soldo em vigor no exército governamental, mas, segundo ele, nos contactos com o governo teria sido aventado o montante de 82 mil meticais (USD 14,7).

Tanto os militares do governo como da RENAMO tem direito às mesmas indemnizações, nos termos do Acordo Geral de Paz.

O líder da RENAMO sublinhou que o salário mínimo nacional é de 60.000 meticais.

"Quero que os soldados nossos irmãos da FRELIMO saibam que a posição do líder da RENAMO é contrária", afirmou. "É imoral", acrescentou.

A posição do chefe máximo da RENAMO surge na véspera do início da desmobilização das tropas do governo, que se têm mostrado particularmente descontentes com a sua permanência nas fileiras e que, frequentemente salários em atraso, poderão reagir mal às indemnizações.

De acordo com o previsto, os militares receberão no acto de passagem à disponibilidade três meses de salários e depois, nos locais onde se fixarem, mais três meses pagos pelo Estado moçambicano.

A variação das indemnizações decorrerá das diferentes patentes dos militares.

Mas esta não é a única indemnização que os soldados receberão. A comunidade internacional criou um fundo de 20 milhões de dólares destinado a pagar mais 18 meses de salários.

Não são conhecidos os montantes que irão ser pagos, mas o representante das Nações Unidas em Moçambique, Aldo Ajello, garantiu que eles serão mais elevados que os do governo para as patentes mais baixas e mais baixos para os mais graduados.

Novo cônsul português em Maputo

Maputo - O novo cônsul de Portugal em Maputo chegou quarta-feira a Moçambique, segundo indicou à agência LUSA fonte diplomática na capital moçambicana.

João Maria Andrade Cabral, de 34 anos, substituiu Augusto Peixoto no Consulado português em Maputo, um dos dois que Portugal possui em Moçambique.

O novo cônsul trabalhava anteriormente na missão permanente de Portugal nas Nações Unidas em Nova Iorque.

A sua comissão deverá ser de dois a três anos, como é normal nos consulados com as características do de Maputo.

Além do cônsul em Maputo, Portugal possui ainda um cônsul, Francisco Azevedo, na cidade da Beira, a segunda mais importante cidade do país, situada no centro de Moçambique.

INTERNACIONAL

Presidente angolano reuniu-se com líder da FLEC/FAC, em Paris

Luanda - A Presidência da República de Angola confirmou hoje que o Presidente José Eduardo dos Santos manteve, durante a sua recente visita a Paris, um encontro com Nzita Tiago, líder do movimento independentista de Cabinda FLEC/FAC.